



Estado do Rio de Janeiro
Município de Macaé
Instituto de Previdência Social
Comissão de Análise e Avaliação dos Processos de
Concessão de Benefícios em Matéria
Previdenciária de Complexidade



1 **ATA Nº 44/2025 – Comissão de Análise e Avaliação dos Processos de Concessão de**
2 **Benefícios em Matéria Previdenciária de Complexidade – 26/11/2025** - Ata de
3 Reunião da Comissão Previdenciária do Instituto de Previdência Social do Município de
4 Macaé – Macaeprev, inscrito no CNPJ sob o n.º 03.567.964/0001-04, sediado à Rua
5 Tenente Rui Lopes Ribeiro, duzentos e noventa e três, Centro, Macaé, Rio de Janeiro,
6 realizada às dezessete horas do dia vinte e seis de novembro de dois mil e vinte e cinco, na
7 qual reúnem-se os membros da Comissão Previdenciária instituídos através da portaria de
8 nomeação nº 001/2025 do Macaeprev: **Adilson Gusmão dos Santos (Presidente),**
9 **Carolina Quintino Teixeira Benjamin, Daniel Barros Valdez, Hélida Márcia da Costa**
10 **Mendonça Damasceno, Jessé Silveira de Souza Junior, Priscila Rosemere Bassan de**
11 **Mello Vasconcellos, Rodrigo de Oliveira Cavour, Túlio Marco Castro Barreto.**
12 **ABERTURA:** Foi realizada a chamada pelo Presidente **Dr. Adilson Gusmão dos Santos**
13 estando todos os membros presentes. Logo após, foi tratado o seguinte tema: **Processo**
14 **Administrativo nº 311.492/2025, referente a Solicitação de Transformação de Tempo**
15 **Especial em Comum - Servidor Gustavo Ferreira Pedrini, Cirurgião Dentista, matrícula**
16 **3.744. INTRODUÇÃO** – O presidente **Dr. Adilson Gusmão** informou que o presente
17 processo foi encaminhado pelo Diretor Previdenciário Dr. Júlio Cesar Viana Carlos,
18 conforme despacho transcrito fl. 12, “*Trata-se de Solicitação do Sr. GUSTAVO FERREIRA*
19 *PEDRINI, ocupante do cargo de Cirurgião Dentista, matrícula nº 3.774, referente à*
20 *conversão de tempo de trabalho especial em tempo comum, protocolada em 28 de*
21 *agosto de 2024. O requerente ingressou no serviço público municipal em 15/08/1992 e*
22 *fundamenta seu pedido em entendimento do STF, considerando a ausência de legislação*
23 *específica no âmbito do Município de Macaé e do MACAEPREV que discipline a conversão*
24 *de tempo especial em comum para fins previdenciários.*” Os membros após análise e debate
25 ressaltam os seguintes pontos: **1)** O requerente em folhas 03 e 03-verso, anexou aos autos
26 o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) emitido em 19/09/2017; **2)** Acostado em fls.04 a
27 11, o requerimento do servidor transcrito: “(...) **I - DOS FATOS** - O Servidor iniciou seu trabalho
28 como Cirurgião dentista na Prefeitura Municipal de Macaé-RJ, em 01/09/1991, sendo seu
29 trabalho realizado em atividade especial pela insalubridade da função, conforme PPP em
30 anexo. Pretende então demonstrar abaixo o seu direito à conversão do tempo especial em
31 comum, para efeito de contagem de tempo para futura aposentadoria. **II - DO DIREITO** - 1”

32 **O PPP - PERFIL PROFISSIONAL PREVIDENCIÁRIO** - O Perfil Profissional
33 Previdenciário, constitui-se em um documento histórico-laboral do funcionário público que
34 reúne, entre outras informações, dados administrativos, registros ambientais e resultados de
35 monitoração biológica, durante todo o período em que este exerceu suas funções no
36 respectivo município. Essa exigência abrange os que laborem expostos a agentes nocivos,
37 químicos, físicos, biológicos ou associação a agentes prejudiciais à saúde ou à integração
38 física, considerados para fins de concessão de aposentadoria especial, como no caso
39 concreto, onde foi admitido para trabalhar como Cirurgião Dentista em 1 de setembro de
40 1991. Tendo sua elaboração obrigatória a partir de 01-01-2004, o PPP (em Anexo) tem por
41 objetivo primordial fornecer informações ao trabalhador quanto às condições ambientais de
42 trabalho, principalmente no requerimento da aposentadoria especial. O PPP tem como
43 finalidades: * Comprovar as condições para a habilitação de benefícios e serviços
44 previdenciários, em particular o benefício da aposentadoria especial. * Prover o trabalhador
45 de meios de prova produzidos pelo empregador perante a previdência social, a outros
46 órgãos públicos e aos sindicatos, de forma a garantir todo o direito decorrente da relação de
47 trabalho, seja ele individual, ou difuso e coletivo. * Possibilitar à empresa de meios de prova
48 produzidos em tempo real, de modo a organizar e a individualizar as informações contidas
49 em seus diversos setores ao longo dos anos, possibilitando que a empresa evite ações
50 judiciais indevidas relativas a seus trabalhadores. * Possibilitar aos administradores públicos
51 e privados acesso a bases de informações fidedignas, como fonte primária de informação
52 estatística, para desenvolvimento de vigilância sanitária, e epidemiológica, bem como
53 definição de políticas em saúde coletiva. Em decorrência da IN INSS 118/2005, a partir de 1º
54 de janeiro de 2004, a empresa ou equiparada a empresa, ficou obrigada a elaborar o PPP,
55 conforme anexo XV da referida instrução, de forma individualizada, para seus empregados,
56 trabalhadores, avulsos e cooperados. Atualmente a Instrução Normativa INSS 45/2010 é
57 que estabelece as instruções de preenchimento e o modelo de formulário do PPP. Para a
58 comprovação do tempo de trabalho sob condições de insalubridade, em anexo está o PPP.
59 **2 - DO TEMPO DE TRABALHO E DA CONVERSÃO DE TEMPO DE TRABALHO**
60 **ESPECIAL EM COMUM** - Para aqueles segurados que não conseguem comprovar a efetiva
61 exposição aos agentes agressivos por 15, 20, ou 25 anos, existe a possibilidade de pleitear-
62 se a conversão do tempo especial em comum, por meio de fatores de conversão (1.2 para



as mulheres e, 1.4 para os homens). Atualmente, a conversão do tempo especial em comum está regulamentada no § 5º do artigo 57 da Lei 8.213/1991, o qual tem a seguinte redação (BRASIL, 1991): Art. 57. A aposentadoria especial será devida, uma vez cumprida a carência exigida nesta Lei, ao segurado que tiver trabalhado sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos, conforme dispuser a lei. §5 O tempo de trabalho exercido sob condições especiais que sejam ou venham a ser consideradas prejudiciais à saúde ou à integridade física será somado, após a respectiva conversão ao tempo de trabalho exercido em atividade comum, segundo critérios estabelecidos pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, para efeito de concessão de qualquer benefício. (BRASIL, 1991, grifo nosso). Deste modo, para aqueles trabalhadores que tiveram parte de sua vida laboral expostos aos agentes nocivos e parte sem exposição, podem valer-se deste benefício para poder somar os tempos e conseguir antecipar o seu benefício ou, quem sabe, alcançar uma aposentadoria mais vantajosa, que não há a incidência do fato previdenciário, como a regra 85-95, por exemplo. O artigo 70 do Decreto 3.048 apresenta a tabela completa dos fatores de conversão de tempo especial em comum vigentes atualmente: **Quadro 1 - Fatores de conversão de tempo especial**

TEMPO A CONVERTER	MULTIPLICADORES	
	MULHER (PARA 30)	HOMEM (PARA 35)
DE 15 ANOS	2,33	2,00
DE 20 ANOS	1,75	1,50
DE 25 ANOS	1,20	1,40

Nota-se que o instituto da conversão de tempo de contribuição veio ao mundo jurídico para facilitar a percepção dos benefícios previdenciários àqueles indivíduos que ao longo da sua vida laboral acabam passando por diversos vínculos com diferentes tipos e graus de exposição aos agentes nocivos, seja de forma inexistente, leve, moderada ou grave. Assim, a conversão nada mais é do que uma maneira de equacionar períodos de diferentes graus de nocividade (15, 20, 25 anos), a fim de torná-los iguais para depois somá-los. No caso em questão, iniciou-se o trabalho em 01/09/1991, sendo exposto à fatores de risco, conforme o PPP em anexo. Sendo assim, a contagem de tempo desde 01/09/1991 até 31/08/2017, quando foi expedido o PPP em anexo, deve ser convertida em tempo comum pois todo o



3





Estado do Rio de Janeiro
Município de Macaé
Instituto de Previdência Social
Comissão de Análise e Avaliação dos Processos de
Concessão de Benefícios em Matéria
Previdenciária de Complexidade



89 período computado fora antes da promulgação da EC 103 de 2019, promulgada em 12 de
90 novembro de 2019. Vemos então, que o tempo trabalhado por mim, sob condições
91 insalubres deve ser convertido em tempo comum, multiplicando-se por 1,4, ou seja, 26 anos
92 que correspondem a 312 meses, que multiplicado por 1,40, chega-se ao resultado de 436,8
93 meses, ou seja, 36 anos e 4 meses. **3 - DOS FUNDAMENTOS LEGAIS E**
94 **JURISPRUDÊNCIAS AUTORIZADORES DA CONTAGEM DE TEMPO ESPECIAL** - Assim
95 dispõe a Constituição Federal de 1988 sobre o tema: Art. 40. Aos servidores titulares de
96 cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas
97 autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e
98 solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e
99 dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o
100 disposto neste artigo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003) § 4º É
101 vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria
102 aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados, nos termos definidos em
103 leis complementares, os casos de servidores: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº
104 47, de 2005) I - portadores de deficiência; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de
105 2005) II - que exerçam atividades de risco; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de
106 2005) III - cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a
107 saúde ou a integridade física. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005). O
108 Supremo Tribunal Federal reconhecendo a violação de direito fundamental à aposentadoria
109 especial de servidor público sujeito a condições que prejudiquem sua saúde frente à
110 omissão legislativa em razão da ausência da Lei complementar, para definir as condições ao
111 implemento da aposentadoria especial, publicou a Súmula Vinculante nº 33 nos seguintes
112 termos: Aplicam-se ao servidor público, no que couber, as regras do regime geral da
113 previdência social sobre aposentadoria especial de que trata o artigo 40, § 4º inciso III da
114 Constituição Federal, até a edição de lei complementar específica. Nunca é demais lembrar
115 o que dispõe o texto Constitucional em aplicação à Súmula Vinculante que fundamenta o
116 pedido da aposentadoria especial do servidor público: Art. 103-A. O Supremo Tribunal
117 Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus
118 membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a
119 partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais



Estado do Rio de Janeiro
Município de Macaé
Instituto de Previdência Social
Comissão de Análise e Avaliação dos Processos de
Concessão de Benefícios em Matéria
Previdenciária de Complexidade



120 órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal,
121 estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma
122 estabelecida em lei. O STF ao reconhecer o direito do servidor, e mandar aplicar ao mesmo
123 as regras do regime geral da previdência social sobre aposentadoria especial, reconheceu a
124 contagem do tempo de contribuição especial do servidor que trabalha em condições de
125 insalubridade. **4 - JURISPRUDÊNCIA DA CONVERSÃO DE TEMPO ESPECIAL EM**
126 **COMUM** - O servidor público tem direito à emissão pelo INSS de certidão de tempo de
127 serviço prestado como celetista sob condições de insalubridade, periculosidade e
128 penosidade, com os acréscimos previstos na legislação previdenciária. A autarquia não tem
129 legitimidade para opor resistência à emissão da certidão com fundamento na alegada
130 impossibilidade de sua utilização para a aposentadoria estatutária; requerida esta, apenas a
131 entidade à qual incumba deferi-la é que poderia se opor à sua concessão (STJ, RE 433305,
132 1.ª Turma, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, julgamento em 14.2.2006). Ressalta-se que a
133 Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais - TNU, sempre se
134 posicionou em conformidade com esse entendimento do STJ, concedendo o direito à
135 conversão do tempo especial em comum, sem resistência alguma. Citam-se, a título de
136 exemplo, os seguintes processos: TNU - PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE
137 INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL: Processo nº 2007.70.53.00.2076-0/Processo nº
138 2004.50.50.00.5167-8 Dito isso, o segurado, à época em que visa utilizar como parâmetro
139 para a conversão do período, vinha exercendo a atividade de Metalúrgico, constante dos
140 Anexos I, e II, do Decreto nº 83.080/79, respectivamente, sob os códigos 1.1.1, 2.5.1 e 2.5.2.
141 O tempo de serviço e/ou contribuição deve ser disciplinado pela lei vigente à época em que
142 efetivamente prestado, passando a integrar, como direito autônomo, o patrimônio jurídico do
143 trabalhador. Esse é o entendimento estabelecido pelo TNU, por meio da Súmula 50, ditando
144 que "é possível a conversão do tempo de serviço especial em comum do trabalho prestado
145 em qualquer período". A lei nova que venha a estabelecer restrição ao cômputo do tempo de
146 serviço não pode ser aplicada retroativamente, em razão da intangibilidade do direito
147 adquirido. Dessa forma, em respeito ao direito adquirido, se o trabalhador laborou em
148 condições adversas e a lei da época permitia a contagem de forma mais vantajosa, o tempo
149 de serviço assim deve ser contado. Nesse sentido asseguram os precedentes: STF: RE-Agr
150 n.º 463.299; e STJ: REsp n.º 200200147709. **III – REQUERIMENTOS** - Isto posto, se requer:

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the right and several smaller ones on the left and center.]



Estado do Rio de Janeiro
Município de Macaé
Instituto de Previdência Social
Comissão de Análise e Avaliação dos Processos de
Concessão de Benefícios em Matéria
Previdenciária de Complexidade



151 Que a Macprevi faça a conversão do tempo de trabalho especial em tempo comum, desde o
152 início do trabalho sob o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), em 01/09/1991 até
153 30/08/2017, com base no PPP em anexo, multiplicando-se por 1,4, ou seja 26 anos que
154 correspondem a 312 meses, que multiplicado por 1,40, chega-se ao resultado de 436,8
155 meses, que correspondem ao tempo comum de 36 anos e 4 meses. Que essa diferença
156 apurada na conversão seja acrescida ao tempo de trabalho, para futura aposentadoria
157 integral. Nestes Termos peço e espero Deferimento." 3) Os membros **Priscila Vasconcellos**
158 **e Héliida Marcia** solicitam vista do processo para uma análise mais detalhada e esclarecem:
159 a) Para a Conversão de Tempo Especial em Comum através do Perfil Profissiográfico
160 Previdenciário (PPP) anexo (Período: 01/09/1991 a 31/08/2017), é necessária a
161 complementação probatória para a correta avaliação do tempo especial. Para o período
162 compreendido entre **29 de abril de 1995 e 11 de dezembro de 2006**, o PPP apresenta a
163 marcação "**ND**" (**Não Disponível**) no campo de fatores de risco, o que configura lacuna na
164 prova da efetiva exposição a agentes nocivos, conforme exigido pela legislação
165 previdenciária posterior à Lei nº 9.032/95. Apesar de o PPP mencionar a percepção de
166 adicional de insalubridade e fazer referência a um Laudo Técnico (Processo 41980/2006) de
167 12/12/2006, este último não se encontra nos autos. Desta forma, para que se realize a
168 análise técnica e o cômputo integral dos 26 anos requeridos para a conversão, é
169 fundamental e indispensável a anexação do LTCAT (Laudo Técnico das Condições
170 Ambientais de Trabalho) ou o laudo que fundamentou o PPP devidamente assinado por
171 profissional técnico responsável para os períodos em que não há comprovação clara da
172 exposição, especialmente o citado Laudo Técnico de 2006, para fins de Prova Emprestada.
173 Desta forma, os membros da Comissão sugerem que, previamente à análise técnica final do
174 processo, seja solicitado ao servidor a apresentação do LTCAT (Laudo Técnico das
175 Condições Ambientais de Trabalho) para complementação da prova. Após a juntada do
176 documento aos autos, o processo deverá retornar a esta Comissão para análise técnica dos
177 membros Priscila Vasconcellos e Héliida Márcia, estando todos os membros de acordo com
178 a presente sugestão. **CONCLUSÃO** A Comissão, por unanimidade, sugere pelo
179 **SOBRESTAMENTO DO PROCESSO EM DILIGÊNCIA**, solicitando ao Diretor Previdenciário
180 que convoque o servidor para a apresentação do LTCAT ou de documento técnico
181 equivalente, referente ao período de 29/04/1995 a 11/12/2006 (lacuna identificada na

comprovação de exposição). Após o cumprimento da diligência e a anexação do documento aos autos, o processo deverá ser encaminhado aos membros Priscila Vasconcellos e Hélida Márcia, que realizarão a análise técnica e apresentarão o parecer conclusivo a esta Comissão em data oportuna. Nada mais havendo, às dezoito horas e quinze minutos foi dada como encerrada esta reunião, na qual eu, Priscila Rosemere Bassan de Mello Vasconcellos, lavrei a presente Ata sendo assinada por mim e pelos demais Membros presentes que estão de acordo com a presente.


Adilson Gusmão dos Santos


Carolina Quintino Teixeira Benjamin


Daniel Barros Valdez


Hélida Márcia da C. Mendonça Damasceno


Jesse Silveira de Souza Junior


Priscila Rosemere B. de M. Vasconcellos


Rodrigo de Oliveira Cavour


Túlio Marco Castro Barreto